

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9394/96: AVANÇOS, LIMITES E POSSIBILIDADES NAS HISTÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS DE JOVENS E ADULTOS - 1996 A 2016

NATIONAL EDUCATION GUIDELINES AND FRAMEWORK LAW (LDBEN) NO. 9.394/1996: ADVANCES, LIMITS AND POSSIBILITIES IN TEACHERS' STORIES OF LIFE ON ADULT AND YOUTH LITERACY- 1996 TO 2016

Dra. Filomena Luciene Cordeiro Reis

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Me. João Olímpio Soares dos Reis

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Dra. Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Dra. Rita Tavares de Mello

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo descrever e analisar a trajetória de vida profissional de professoras alfabetizadoras de jovens e adultos, cujo trabalho foi realizado no município de Montes Claros, Minas Gerais, referente ao período de 1996 a 2016, visando averiguar os 20 (vinte) anos de existência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96. A pesquisa situa-se no campo de estudos sobre o letramento, com interface na História da Educação e na legislação educacional, cuja temática de discussão centra-se na alfabetização e nos métodos tradicionais utilizados no processo da leitura, da escrita e dos conhecimentos de diversos campos, em especial matemáticos e históricos. Para tanto, se fez necessário metodologias e técnicas para (re)(des)construção de histórias de vidas por meio da História Oral, assim como documentos diversos que possibilitem pensar as questões propostas.

Palavras-chave: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação de Jovens e Adultos. História de Vida.

ABSTRACT

The present study, entitled "National Education Guidelines and Framework Law No. 9.394/1996: advances, limits and possibilities in teachers' stories of life on adult and youth literacy- 1996 to 2016" aims at describing and analyzing teachers' career trajectories on adult and youth literacy, whose practices were carried out in the town of Montes Claros, Minas Gerais, in the period from 1996 to 2016, being part of the twenty years of existence of the National Education Guidelines and Framework Law (LDBEN) No. 9.394/1996. This research deals with literacy studies, intertwining History of Education and the educational legislation, having the topic of discussion focused on literacy and traditional methods used in reading and writing process, and in other areas, mainly, mathematics and historical knowledge. Therefore, it is necessary methodologies and techniques to the (re)(des)construction of life stories by oral history, as well as many documents that enable to think in the proposed questions.

Keywords: National Education Guidelines and Framework Law. Education of youth and adults. Story of Life.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo descrever e analisar a trajetória de vida profissional de professoras alfabetizadoras de jovens e adultos, cujo trabalho foi realizado no município de Montes Claros, Minas Gerais, referente ao período de 1996 a 2016, visando averiguar os 20 (vinte) anos de existência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, bem como as suas conquistas, limites e desafios¹.

Um marco na regulamentação do ensino no país, a LDBEN nº 9394/96 trouxe importantes inovações e avanços significativos, mas algumas das transformações essenciais contidas no texto do senador Darcy Ribeiro ainda não foram concretizadas. Um dos pilares para o bom desempenho de um aluno, a Base Nacional Comum, até hoje não saiu do papel, sinalizando uma dívida histórica com a educação brasileira.

Ao ser estabelecida na LDBEN nº 9394/96, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ganhou força e tornou-se uma política de Estado, de modo que, hoje (2019), o governo brasileiro investe e incentiva essa modalidade educacional como possibilidade de se elevar o índice de ensino da população, principalmente daqueles que não tiveram acesso ou possibilidade de estudos. Com isso, vemos que, além de ser uma política educacional, a EJA é, principalmente, uma política social. Ela dará possibilidades para que os alunos melhorem suas condições de trabalho, qualidade de vida e, dessa forma, sejam respeitados na sociedade.

Cabe ao governo, de acordo com o parágrafo segundo do artigo 37, da referida lei, estimular o acesso da população a essa modalidade educacional e oferecer condições de funcionamento dignas para que sejam, de fato, efetivados os seus objetivos, ou seja, a inclusão social e melhoria da qualidade de vida pessoal e profissional dos educandos.

Além da oferta do Ensino Fundamental e Médio, também é possível a integração da EJA a cursos da Educação Profissional, possibilitando ao aluno alcançar o nível de ensino que ele deseja (Fundamental ou Médio) como qualificação profissional para atuar no mercado de trabalho.

A pesquisa situa-se no campo de estudos sobre o letramento, com interface na História da Educação e legislação educacional, cuja temática de discussão centra-se na alfabetização e nos métodos tradicionais utilizados no processo da leitura e da escrita, conhecimentos matemáticos e históricos. Consideramos o período de 1996 a 2016, quando o Brasil passa por profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, nas quais influenciaram nas questões educacionais. Nesse quadro, as questões educacionais também passam por transformações, sendo produzidas mudanças bastante significativas nos processos de ensinar e de compreender o papel da escolarização para o desenvolvimento individual e social.

Produzimos uma compreensão capaz de favorecer o entendimento das práticas educativas que se desenvolveram nas escolas que atendiam adultos, visando o enfrentamento do desafio que se constitui a docência na EJA. Em última instância, ao colocarmos luz sobre o passado, entendemos algumas facetas do momento contemporâneo e tentamos entrever alternativas pedagógicas para os desafios, que hoje se apresentam aos professores alfabetizadores em meio à realidade conflituosa, contraditória e, muitas vezes, excludente das escolas públicas. Por meio desta aproximação com a realidade passada, a pesquisa possibilita a compreensão de especificidades, problemas e dos prováveis caminhos que foram buscados pelas professoras inseridas na ação docente, vivenciando novas demandas por leitura, escrita e conhecimentos matemáticos e históricos no contexto atual do Brasil. Para tanto, algumas histórias de vidas são narradas, analisadas e interpretadas à luz das teorias, legislações vigentes à época, conceitos, metodologias e fontes disponíveis para nosso estudo.

Esta pesquisa se desenvolve no campo da discussão, ou seja, da História Social, perpassando o domínio da História da Educação e do Direito. Quanto à metodologia do trabalho empregada neste estudo, ela se baseou na História Regional e Local, bem como na História Oral, uma vez que o uso das fontes orais possibilita aos historiadores “[...] mergulhar nos detalhes da história, em sua humanidade, evitando que se perca a memória das pessoas – verdadeiros agentes do processo histórico” (BURKE, 2005, p. 98). Destarte, respaldadas pela oralidade, realizou-se entrevistas com professoras que atuaram no recorte temporal escolhido, a fim de se obter informações referentes ao seu posicionamento acerca de discussões envolvendo alfabetização de adultos, assim como analisando e compreendendo suas histórias de vida nesse processo e ato de educação referente aos 20 anos de existência da LDBEN nº 9394/1996.

¹Número de protocolo e parecer de aprovação do Comitê de Ética pela Universidade Estadual de Montes Claros - CAAE: 1.83401318.7.0000.5146; Número do Parecer: 2.538.862.

Diante deste campo de investigação são inúmeras as questões que se colocam, visando esclarecer e revelar a história da Educação de Jovens e Adultos. Segundo Santos (2001), alguns alfabetizadores alegam que seguem seus próprios caminhos, inspirados numa teoria ou na combinação de várias possibilidades, enriquecidas por discussões casuais que estabelecem com colegas, atuando no mesmo nível de ensino e enfrentando, neste cenário, as mesmas dificuldades. Frente a tal situação, o grande desafio se encontra em uma lacuna na continuidade da formação de professores/educadores, capaz de lhes oferecer condições para enfrentar os desafios que possam surgir no cotidiano da sala de aula com jovens e adultos. Nesse sentido, nossa prioridade neste estudo é trabalhar com memórias de professoras de jovens e adultos que atuaram durante os anos de 1996 a 2016, período que nos remete aos 20 anos de existência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, verificando os seus avanços, limites e possibilidades neste campo específico de investigação, tendo como recorte espacial o município de Montes Claros, Minas Gerais.

1.2 LDBEN: MOTIVOS PARA REFLEXÃO

Realizamos um estudo histórico, cujo percurso metodológico se dá pela via da História Oral, por se tratar de um recurso que produz narrativas e depoimentos de uma forma, mais ou menos, controlada sobre determinadas temáticas, como também, utilizamos documentos diversos e pouco explorados pelos historiadores da educação, principalmente em Montes Claros.

Legalmente garantida e regulamentada pela Constituição de 1988, é a partir da LDBEN nº 9394/96, que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ganha maior visibilidade ao tornar-se uma política de Estado, cuja intenção é elevar o nível de alfabetização, leitura, escrita e conhecimentos em diversas áreas do saber, mais, especificamente, matemáticos e históricos para aqueles que não tiveram acesso à escola e/ou possibilidade de continuar seus estudos na idade certa. Conforme o parágrafo segundo do artigo 37 dessa Lei, é necessário que o Poder Público viabilize e estimule o acesso e a permanência desses sujeitos na escola, em junção de ações integradas e complementares. É a partir desse marco que nossa pesquisa se insere, ao investigar, na visão das educadoras da EJA, quais mudanças, avanços, limites e possibilidades essa Lei trouxe para sua atuação e o desempenho escolar dos educandos. Para tanto, trabalhar com memórias é imprescindível, pois constitui por meio delas que “construímos” as histórias de vida das professoras alfabetizadoras de jovens e adultos nesse período e local.

Ainda são objetos de nossa análise: a transição dos paradigmas da EJA, valores, crenças e ideias presentes no imaginário e na prática das alfabetizadoras – nossas colaboradoras –, no movimento de superação de uma educação calcada na transmissão de conteúdos enciclopédicos para uma educação libertadora.

Além da LDBEN nº 9394/1996, tomamos para análise outros marcos legais que tratam da EJA no período focado, quais sejam: a Constituição Federal (1988); a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (1998); a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (2007); e as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos (2000), no intuito de compreender o percurso histórico de marginalização, reivindicação, lutas sociais e conquistas traçadas em direção a uma garantia de uma educação de qualidade, tanto no que concerne aos educadores quanto aos educandos. Nesse sentido, um olhar sobre o passado contribui para a compreensão do que nos apresenta no presente como desafios e possibilidades para a Educação de Jovens e Adultos.

Nessa perspectiva, esta pesquisa objetiva identificar, descrever e analisar a formação profissional, averiguando a motivação, modelo e interesse em relação a questão; conhecer e avaliar a trajetória da carreira das professoras, procurando conhecer sua experiência *versus* inexperiência; descrever e analisar a trajetória de vida pessoal e profissional dessas professoras, atentando para a complexidade atual que consiste ser uma escola, assim como a imagem que elas têm de si mesmas em diferentes momentos da carreira.

3 METODOLOGIA: CAMINHOS PERCORRIDOS

A História, em especial a partir do século XX, ganha novos contornos e possibilidades para a sua escrita. Novas fontes, campos, abordagens e metodologias são apresentadas por meio da Escola dos Annales. Nessa perspectiva, pensamos este estudo, pois recorreremos a uma nova fonte, metodologia e técnica de pesquisa, a História Oral. Para contar uma história de vida implica em rememorar acontecimentos considerados

significativos e, por isso, se faz, necessariamente, um apelo à memória. A memória traz à tona eventos que marcaram a trajetória de vida das pessoas.

Nesse sentido, a História Oral assume espaços e significados diferenciados com a possibilidade de se reportar à memória coletiva pela via das experiências individuais, vividas em uma época, no âmbito de um determinado grupo social. No contexto desta pesquisa, a História Oral se constitui como uma rica possibilidade, que é utilizada de forma privilegiada. Contudo, ao buscar as experiências vividas por sujeitos concretos, nesta pesquisa específica, consideramos que a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem manipulações, conscientes ou inconscientes, sobre a sua memória individual, tanto no esquecimento como na recordação (LE GOFF, 2003).

Diante deste campo de investigação são inúmeras as questões que se colocam e visam esclarecer e revelar as histórias de vida das mulheres alfabetizadoras de jovens e adultos do Município de Montes Claros, referente ao período de 1996 a 2016. Nosso intuito é saber sobre: Quem são as professoras alfabetizadoras de jovens e adultos, cujo trabalho foi realizado no município de Montes Claros, Minas Gerais, referente ao período de 1996 a 2016? Quais os avanços e desafios no decorrer dos 20 (vinte) anos de existência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394 de 1996, que trata sobre a questão da alfabetização de jovens e adultos? Como se constituiu a formação profissional dessas professoras? Quais as motivações, modelos e interesses que tinham em relação a sua formação profissional? Como foi a trajetória da carreira dessas professoras? Quais eram suas experiências? E in experiências? Como foi a trajetória de vida pessoal e profissional dessas professoras? Qual era a complexidade atual que consiste ser uma escola, local de trabalho dessas professoras? Qual a imagem que elas têm de si mesmas em diferentes momentos da carreira?

A evocação da memória para a transmissão do vivido por meio das narrativas constitui a principal matéria de estudos, cujo método é a História Oral de vida. Nesse tipo de pesquisa devem ser considerados os silêncios, os esquecimentos, as reiteraões, a linguagem não-verbal e o cotejamento com fontes escritas e imagéticas. Tudo isso compõe os dados de análise. A memória presente nos relatos orais não é sinônimo de História Oral. A passagem daquela etapa para esta se dá por meio da aplicação rigorosa do método, que é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos (MEIHY, 2005).

Meihy (2005) diz que a história oral de vida é um dos gêneros mais cultivados em pesquisas desta característica. Histórias de vida chamam a atenção nos dias atuais. Elas não constituem biografias, pois seu objetivo não constitui em contar a vida inteira de uma pessoa, mas as memórias que remetem a um determinado tema de estudo, no nosso caso, a alfabetização de jovens e adultos. O depoente tem espaço para relatar suas memórias; ele é o nosso colaborador na construção da narrativa histórica e suas experiências são nosso alvo principal de estudo.

Enfim, diante das nossas inquietações, seguimos a metodologia e aplicamos as técnicas propostas para a execução da pesquisa. A Escola Britânica nos orienta nesse sentido para apresentar as histórias de vida dessas professoras, que são experiências (THOMPSON, 1981) e estruturas de sentimento (WILLIAMS, 1982). Ao considerar a dimensão do conhecimento e do avanço científico, acreditamos que a realização deste estudo contribui, do ponto de vista teórico e metodológico, com os estudos que vêm sendo realizados no campo da História da Educação no Brasil. Diferentemente do que encontramos em grande parte das pesquisas desse campo, a pesquisa proposta tem como foco compreender a história de vida com o auxílio das narrativas dos sujeitos que a fizeram, construindo e reconstruindo seus saberes e práticas no cotidiano da sala de aula.

3.1 HISTÓRIAS DE VIDA: UMA NARRATIVA

Narrar histórias de vida demanda estabelecer relações diversas entre os colaboradores e o pesquisador. Foram muitos dias para a articulação dos encontros, por meio da verificação de agendas de ambas as partes. As ligações telefônicas facilitaram muito esse processo e constituiu parte integrante para o contato e realização da entrevista. Foram realizados vários encontros para que a confiança se firmasse, num processo de obtenção de informações pertinentes à proposta do estudo. De forma gradativa, muitas vezes através de laços firmados entre depoentes e entrevistadores, o trabalho fluiu com naturalidade, contudo, de forma segura por meio dos métodos selecionados para a pesquisa.

Algumas histórias de vida foram relatadas neste estudo, entretanto, descreveremos as memórias de “Sempre Viva”², professora de jovens e adultos da Escola Estadual Francisco Lopes, localizada na época da sua atuação profissional na Rua Geraldino Machado, no Bairro Santos Reis, em Montes Claros. Ressalta-se que, o Bairro Santos Reis³ constitui a periferia da cidade e, dessa forma, acolhe os estudantes com características próprias do lugar. Hoje (2019), essa escola situa-se na Rua São Mateus, Bairro Todos os Santos, área considerada para alocação da alta sociedade montesclarenses; contudo, sua clientela mantém-se da região do que é conhecido como Grande Santos Reis⁴.

“Sempre Viva”, de acordo com Giuliette (1988), é uma planta que contém uma flor pequena branca, que, mesmo sendo destacada, permanece o tempo “viva”, sendo usada para decoração. Elas são flores campestres e naturais do sertão norte mineiro e são recolhidas dos campos por trabalhadores, na sua maioria, mulheres, com o objetivo de complementar a renda e/ou manter a economia do lar. Observamos a resistência dessa flor sertaneja, que mesmo “morta” continua “viva”. Essa denominação de “Sempre Viva” da professora se ajusta à sua realidade. Sempre Viva, a professora, era muito frágil na sua aparência física, e ainda apresentava problemas de saúde grave com várias intervenções cirúrgicas:

Fiz algumas operações... Meu coração é fraco... Tem vezes que nem sinto ele bater... Mas, continuo na luta, pois amo o que faço, ser professora. Esse coração baqueado aguenta uma turma de adultos e se compadece do seu sofrimento na luta para aprender. Tem dias que minha saúde me desanima, mas quando vejo a turma, esse coração velho se alegra e vai dar aula (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

Sempre Viva era professora de Geografia e História, com formação na segunda área de conhecimento. Ela explica: “[...] quando fiz o curso de História, podia trabalhar também Geografia. E quem fazia Geografia, podia também dar aulas de História” (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018). Explica também que estudou na antiga Fundação Norte Mineira de Ensino (FUNM), atual Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), na década de 1980, e que “[...] desde quando formei comecei a trabalhar... ora História, ora Geografia” (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018). Na EJA começou “[...] no início de 1990, não me recordo bem...” (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

No magistério, Sempre Viva não teve oportunidade de exercer outras funções. Atuou como professora em várias escolas, entretanto, as preferidas “[...] foram Belvinda Ribeiro e Estanda⁵... lógico porque ficam aqui na Maiada⁶! Gostava muito de trabalhar no Benjamim⁷ também. Essas escolas têm alunos carentes, então, a gente investe mais para que eles possam crescer e ser alguém na vida” (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

Nessas escolas em que trabalhou, Sempre Viva relata que procurava atender o público-alvo, dedicando, sobretudo, a aqueles que tinham mais dificuldades “[...] em todos os sentidos. Tinha aluno de tudo quanto é jeito. Tinha aqueles que a gente via a pobreza estampada na cara, mas cheio de vontade de aprender. Na EJA, então, era o que mais tinha” (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018). Ela ressalta a situação de pobreza dos estudantes, mostrando a realidade do lugar onde as escolas que trabalhava estavam inseridas. Atuar em áreas periféricas possibilita conhecer realidades, muitas vezes “[...] sofríveis. Eu também moro no Santos Reis, mas minha situação... to falando econômica mesmo, financeira, é bem melhor que a dos meus alunos” (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

Sempre Viva expôs que ter conseguido fazer um curso superior foi um passo significativo na sua vida:

²Escolhemos denominar algumas das professoras pelo nome de flores do sertão norte mineiro, por causa da bravura e valentia de trabalhar em lugares inóspitos com adultos, bem como pela sua solicitação em não divulgar seus nomes no estudo. No entanto, a fortaleza e persistência, mesmo diante das dificuldades apresentadas, revelam a resistência das flores do cerrado do norte de Minas.

³REIS *et al.*, 2013.; REIS *et al.*, 2016.

⁴A região do Grande Santos Reis, localizada no norte de Montes Claros, abriga vários bairros na sua proximidade, entre eles, Vila Atlântida, Distrito Industrial, bairro Amazonas, etc.

⁵ Nome popular da Escola Estadual Francisco Lopes.

⁶Como o bairro Santos Reis é conhecido popularmente. (REIS *et al.*, 2013)

⁷Escola Estadual Benjamim Versiani.

Eu consegui me formar. Fiz História. Tem minha irmã também que fez faculdade. Isso é um fato importante, pois nós sempre moramos aqui no Santos Reis e, como você sabe, esse bairro tem fama de mau. As pessoas enxergam aqui de forma negativa. Aqui em casa, nós não somos ricos, mas minha mãe era professora e sabia da importância de estudar e nós tivemos essa oportunidade. Então, eu e minha irmã somos professoras. E quem era formado na faculdade... isso era uma grande coisa, um grande feito, ainda mais sendo da Maiada (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

Sempre Viva expõe um pedaço da sua história ao narrar como foi o processo de “fazer a faculdade”. Ela era um dos muitos filhos que compunham sua família. Seis irmãos trilhando sua jornada e cada um com suas escolas. Ela diz: “Tenho um irmão músico. Ele ensina a tocar vários instrumentos musicais. É muito ligado à cultura e à arte... totalmente envolvido com isso. Fico pensando como... mais minha mãe deu conta de nos educar e nos fazer pessoas de bem” (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018). Descreve também que,

[...] meu pai era um homem muito bom, mas era minha mãe que conduzia o rebanho, nos mostrava o caminho. E foi assim que acabei me tornando uma professora de gente grande. Era pra gente nem estudar. Tenho muitas primas, pois a nossa família é grande, mas poucas de nós estudamos. Era difícil estudar, fazer faculdade então!!! (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

Referir-se a sua formação estudantil constitui pensar no papel da mãe, mas, igualmente, das professoras que fizeram parte da sua história na escola e na faculdade. Sempre Viva discorre: “Tive muitas professoras boas, mas as que mais gostava eram as de História, por isso fiz História (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

Ao trabalhar História e Geografia com adultos, Sempre Viva conta:

Era muito prazeroso ensinar aquelas pessoas. Eles vinham, muitos, né! Direto do trabalho. Chegavam cansados, mas querendo aprender. É muito melhor trabalhar com adultos. Eles nos respeitam, querem aprender. Menino é mais difícil! Eles são inquietos. Adulto chega na hora... só quando não dá mesmo!!!, pois como trabalham tem horário pra sair (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

História e Geografia são campos do saber que permitem perceber o mundo com outros olhos e Sempre Viva aborda essa questão:

Falar de História e de Geografia, também, é muito bom, ainda mais para adulto. É como se a gente abrisse os olhos dos alunos para a própria vida. Eu tinha aluno... é mulher... tinha alunas que não estudavam há muito tempo e que estavam lá pra aprender. Donas de casa. Elas trabalhavam o dia todo na casa delas e a noite tavam lá na escola, querendo aprender. Eu via a luta delas (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

Sempre Viva percebia as dificuldades próprias da Educação de Jovens e Adultos e compreendia a sua clientela. Ela tinha consciência em relação ao que significa estudar quando adulto e, principalmente, à noite, depois de uma jornada de trabalho. Procurava valorizar o processo ensino e aprendizagem de cada aluno:

Era difícil acompanhar cada um nos mínimos detalhes, mas eu me empenhava em fazer meu trabalho bem feito e ficava atenta a situação dos meus alunos. [...] Eu trabalhava na EJA, mas também trabalhava com outras turmas em outras escolas. Professor, vocês sabem como é... pega uma aula aqui e outra acolá para aumentar a renda (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

A prática pedagógica com alunos da EJA era realizada a partir do livro didático. A colaboradora expõe a importância desse material para a concretização do processo ensino e aprendizagem, contudo, narra que “procurava fazer eles pensar um pouco a vida. Fazia eles pensarem como podia aproveitar a matéria com o que eles viviam (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018). Relata algumas dificuldades, sobretudo no início do trabalho com a EJA, pois atuava com turmas regulares do Ensino Fundamental e Médio. Diz que,

[...] com adultos, a gente tem que ver outras atividades, outro jeito de dar aulas. Não pode ser igual com as outras turmas. No início achava difícil, mas eu fui aprendendo e, confesso, aprendi muito mais com meus alunos da EJA do que ensinei. Eles trazem uma vontade tão grande de aprender que a gente vai se animando em estar na escola com eles (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

A LDBEN nº 9394/1996, conforme tratada anteriormente, é uma lei que apresenta diretrizes e bases para a educação nacional. Nessa perspectiva, essa legislação afetou o exercício da docência em turmas da EJA. Sempre Viva foi questionada sobre essa questão e não conseguiu responder, pois disse não conhecer a lei. Com o objetivo de esclarecer, apresentamos a LDBEN nº 9394/1996, e reforçamos o que ela prega no seu artigo 3º:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - Valorização do profissional da educação escolar;

VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - Garantia de padrão de qualidade;

X - Valorização da experiência extra-escolar;

XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (Disponível em: https://www.mpam.mp.br/attachments/article/1808/Lei%20n%C2%BA%209394_1996_%20Lei%20de%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.pdf).

Acesso em: 22 mar. 2019).

Diante da legislação e refletindo acerca da sua atuação na EJA, Sempre Viva soube se posicionar: “A lei foi importante, então, pois ela permite a igualdade e isso é bom para quem não teve oportunidade de estudar quando era mais novo” (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018). Entretanto, Sempre Viva trata sobre:

Lei é sempre assim. Tá lá no papel, mas colocar em prática é outra coisa. Parece tudo bonito na letra. Por exemplo, valorizar o professor... qualidade mesmo. A escola em que trabalhava não era equipada da forma adequada. Tem muita deficiência. Outra coisa, como dar liberdade para aprender? Nós professores já temos um jeito de trabalhar... Claro que aprendemos com os alunos! É uma troca. Mas, nós professores já temos nosso jeito, não é? Deixar os alunos livres é mesmo uma utopia pra nós no Brasil. Mesmo os adultos que tem disciplina e tudo mais (SEMPRE VIVA, 22 abr. 2018).

Sempre Viva contrapõe a lei em relação às vivências, ou seja, a *práxis*. Ela diz com naturalidade não conhecer a legislação e avigora a importância de seu papel como professora, cuja responsabilidade é ensinar adultos que não tiveram essa oportunidade quando criança. Diante desse contexto, descrever avanços, limites e possibilidades nas histórias de vida de professoras alfabetizadoras de jovens e adultos, referente ao período de 1996 a 2016, em Montes Claros, Minas Gerais, se apresenta como exercício da prática docente que se revela, a partir das políticas públicas, muitas vezes, sem o conhecimento dos envolvidos diretamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância desta pesquisa alicerçou-se na necessidade de investigar os avanços, limites e possibilidades inscritas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir da promulgação, em 20 de dezembro de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394, especificamente no município de Montes Claros, no que concerne à contribuição das educadoras de jovens e adultos atuantes no período-alvo da pesquisa.

O estudo histórico se fez pelo percurso metodológico da História Oral, descrevendo a história de vida de Sempre Viva, por se tratar de um recurso que produz narrativas e depoimentos de uma forma, mais ou menos, controlada sobre determinadas temáticas, documentos diversos e pouco explorados pelos historiadores da Educação, principalmente em Montes Claros.

A história de Sempre Viva permitiu pensar a LDBEN nº 9394/1996 através da sua prática docente, cuja "vocação" para professora transformou muitas vidas e sua permanência está presente na efetivação do processo ensino-aprendizagem que proporcionou ao longo da sua existência. Essa narrativa também perpassa a ideia de homenagem à Sempre Viva, que não se encontra mais no nosso meio, no entanto, continua "viva" como a flor do sertão do norte de Minas, a sempre viva.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D. **O campo da história** especialidades e abordagens. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BARROS, J. D. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Rio de Janeiro: Primeira Edição, 2002.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Ática, 1982.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 e 42 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Legislação do ensino supletivo**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parecer ceb 11/2000. **Diretrizes Curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**. Brasília: MEC, 2000.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANÊDO, L. B. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo: Contexto, 1991.

GIULIETTI, N. *et al.* Estudos em sempre-vivas: importância econômica do extrativismo em Minas Gerais, Brasil. **Acta Bot. Bras.**, Feira de Santana, v. 1, n. 2, supl. 1, dez. 1987.

LEAL, M. C. **As alterações sofridas pelos conceitos de cultura popular e educação popular ao longo da história brasileira**: do Império à República. Rio de Janeiro, 1985.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Editora UNICAMP, 1988.

MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPEd.**, Porto Alegre, n. 05, p. 07-64, 1993.

PAIVA, J. **Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

REIS, F. L. C. *et al.* **Cidade, imprensa e história oral**: pensando o bairro Santos Reis e o Centro de Montes Claros. Montes Claros: Unimontes, 2016.

REIS, F. L. C. *et al.* **Festa de Santos Reis**: 80 anos de manifestações alegres e simples de fé. Montes Claros: Unimontes, 2013.

THOMPSON, E. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOBRE OS AUTORES

Filomena Luciene Cordeiro Reis

Historiadora. Especialista em: Ciências Sociais (UNIMONTES); Gestão da Memória: Arquivo, Patrimônio E Museu (UEMG). Mestre em História pela Universidade de Vassouras, FUSVE, Brasil. Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
Contato: filomena.joao.reis1996@gmail.com

João Olímpio Soares dos Reis

Pedagogo. Especialista em: Ciências Sociais (UNIMONTES); Ensino Religioso (PUC Minas); Educação a Distância (UNIMONTES). Mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Superior Pedagógico Enrique José Varona, ISPEJV, Cuba. Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Católica de Santa Fé, UCSF, Argentina.
Contato: joao.luciene.reis1996@gmail.com

Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida

Historiadora. Pedagoga. Especialista em: Psicopedagogia (UNIMONTES); Educação a Distância (UNIMONTES). Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
Contato: shirley.castroalmeida@yahoo.com.br

Rita Tavares de Mello

Pedagoga. Especialista em: Alfabetização (PUC Minas); Especialização do Pedagogo (UNIMONTES). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
Contato: ritatavares.mello@gmail.com